



Sessão temática: Ética, direitos humanos e Serviço Social.
Mesa coordenada Ética e trabalho do assistente social: análises com subsídios teóricos em escritos de Lukács.

FUNDAMENTOS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL CRÍTICO

LELICA ELIS PEREIRA DE LACERDA¹

Resumo: O presente trabalho é parte de nossa tese de doutorado e apresenta estudo bibliográfico pautado na tradição marxista, notadamente Marx (2011), Lukács (2013), Mészáros (2009; 2011) e Heller (2008), trazendo reflexões acerca de duas de quatro dimensões do exercício profissional que julgamos ser necessárias apreender sua forma de ser para evidenciar fundamentos do exercício profissional crítico. Analisaremos aqui a natureza do trabalho da assistente social e delinearemos o conceito de competência profissional pautada nos interesses da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Exercício Profissional; Fundamentos; Competência Profissional.

Resumen: El presente trabajo es parte de nuestra tesis de doctorado y presenta un estudio bibliográfico pautado en la tradición marxista, especialmente Marx (2011), Lukács (2013), Mészáros (2009; 2011) y Heller (2008), trayendo reflexiones acerca de dos dimensiones del ejercicio profesional que creemos que es necesario aprehender su forma de ser para evidenciar fundamentos del ejercicio profesional crítico. Analizamos aquí la naturaleza del trabajo de la trabajadora social y delinearemos el concepto de competencia profesional pautada en los intereses de la clase obrera.

Palabras clave: Ejercicio Profesional; Fundamentos; Competencia Profesional.

INTRODUÇÃO

Com o movimento de intenção de ruptura, de meados da década de 1980, o Serviço Social se compromete com a desconstrução do conservadorismo da profissão e busca reconstituir-se vinculado ao projeto ético-político que aponta para a emancipação humana. A partir deste compromisso ético-político, a profissão precisa rever seu aparato teórico-metodológico e técnico-interventivo para consumir a intencionalidade de romper com o conservadorismo.

A esfera técnico-interventiva é a que materializa o exercício profissional e, por ser a concreticidade, é síntese de suas múltiplas esferas. Por isso, para elucidar os fundamentos do exercício profissional crítico, nos apoiaremos em estudo bibliográfico marxista, notadamente Marx (2011), Lukács (2013), Mészáros (2009; 2011) e Heller (2008).

¹ Professora com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: <lelicaelis@yahoo.com.br>.

Devido aos limites deste trabalho, ora nos deteremos em dois dos quatro fundamentos que consideramos essenciais para formar profissionais capazes de atuar no cotidiano profissional da execução terminal de políticas sociais de forma crítica.

Enquanto recorte de nossa tese de doutorado, aqui nos ateremos a abordar, no primeiro tópico, a natureza do trabalho da assistente social no bojo do trabalho assalariado nas esferas inferiores da burocracia estatal burguesa do capitalismo dependente (apontando a necessidade de apreensão da natureza da “questão social” e das políticas sociais no bojo da sociabilidade latino-americana, outros dois pontos que defendemos precisar ser elucidados, mas que apenas tangenciaremos pelos limites deste trabalho).

Trilharemos esta trajetória para, no segundo tópico, fazermos a defesa da competência profissional vinculada ao projeto ético-político de emancipação humana. Pautadas na concepção de Nosella (2005), para quem a competência técnica precisa ser direcionada pelo compromisso político, a competência profissional que defendemos realiza o encontro do sujeito com sua personalidade histórico-coletiva. Então, faz-se necessário evidenciar o valor individual do trabalhador da execução das políticas sociais no conjunto da classe trabalhadora, em tempos de crise estrutural do capital.

I - A NATUREZA DO TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL

A assistente social é um tipo de trabalhadora da sociedade burguesa altamente complexa que demanda um tipo de profissional que possua capacidades físicas e mentais de executar, enquanto braço estatal que interfere nas variáveis de reprodução da família trabalhadora, um conjunto de tarefas dentro da execução terminal de políticas sociais – tais como elaborar, implementar, executar, planejar projetos, políticas sociais, benefícios; orientar grupos e indivíduos; promover estudos socioeconômicos de modo emitir pareceres que viabilizam o acesso a benefícios e serviços, dentre outros.

Essas tarefas são executadas por meio de instrumentais técnico-operativos que se adequam à finalidade do trabalho. Um parecer sobre a guarda de uma criança, por exemplo, envolve pesquisa dos autos para

conhecer a história das pessoas em questão, visitas domiciliares e entrevistas para conhecer os fatos, a elaboração de relatório e parecer, pautadas numa dimensão teórico-metodológica, vinculadas a uma perspectiva ético-política.

Somos demandadas, enquanto executoras de políticas sociais, para lidar com necessidades humanas da classe trabalhadora por meio de trabalho assalariado no bojo das políticas sociais, que gerem as necessidades coletivas da classe trabalhadora por mecanismos alheios ao controle dos trabalhadores porque sob controle das personificações do capital. O trabalho da assistente social se desenrola implementando políticas sociais que lidam com as variáveis mais superficiais da reprodução da família trabalhadora.

A assistente social desempenha seu trabalho enquanto atividade alienada/estranhada no seio da contraditória política social, fruto da luta da classe trabalhadora por acesso à maior parcela da riqueza social (material ou espiritual) e o faz no seio de mediações de segunda ordem do capital.

São serviços e benefícios sociais que, com recursos do fundo público, sanam necessidades imediatas da classe trabalhadora para que se reproduza por meio do consumo privado no bojo da família nuclear, viabilizando reprodução da sociedade mercantil. Este é o cerne da base alienada/estranhada onde se desenrola o cotidiano profissional da assistente social enquanto trabalhadora assalariada.

I.1.A assistente social enquanto trabalhadora assalariada

O primeiro aspecto que queremos desvelar da natureza do trabalho da assistente social é de que maneira particular a assistente social é uma trabalhadora assalariada no bojo do capitalismo monopolista em tempos de decadência do capital.

O assalariamento pressupõe de um lado o trabalhador vendido no mercado como mercadoria força de trabalho e, de outro, a propriedade privada dos meios de produção, impondo a relação de troca via dinheiro como meio de adquirir mercadorias capazes de sanar as diversas necessidades humanas (desde que deem lucro ao capital).

Uma vez que quase todas nossas necessidades são supridas por bens e serviços que precisamos e que compramos no mercado via dinheiro, trocamos

não mediados pela solidariedade humana, mas pelas nossas necessidades e vantagens individuais. É neste sentido que se dá a divisão do trabalho no marco do capital na qual todos se tornam em alguma medida comerciantes que precisam tirar vantagens individuais nas relações mercantis. Nessas relações mediadas pelo dinheiro, o motivo que conduz os trabalhadores a prestarem seus serviços ao outro é o interesse próprio (MARX, 2004).

Quando a relação mercantil permeia toda forma de atividade humana, tais relações contamina os sentidos humanos pelos sentidos do ter que aparta a assistente social do objeto no qual recai seu trabalho (o usuários e os mecanismos institucionais com os quais responde a “questão social”). Isso denota o estranhamento já no ato mais imediato de trabalho, na relação do trabalhador com o produto do seu trabalho, fruto do estranhamento da relação assalariada.

Isto porque no bojo da sociabilidade capitalista dependente (Marini, 2000; Fernandes, 2005), lidamos com agudas expressões da questão social, através de anêmicas políticas sociais, suprimindo as necessidades imediatas de forma insuficiente, materializando direitos precários que reproduzem o trabalhador em posição cada vez mais espoliada (por mais que o profissional se empenhe), na medida em que a crise se aprofunda e os meios institucionais de resposta se precarizam.

O estranhamento do produto do trabalho revela que a profissional está estranhada dos seus próprios meios de trabalho. Tal como o operário é o apêndice da máquina industrial, a assistente social é apêndice da máquina burocrática do Estado burguês (ou da organização institucional, no caso de setores privados) e este caráter de classe é o núcleo da alienação/estranhamento do trabalho da assistente social que se desenvolve como desrealização, a objetivação como perda e servidão ao trabalho para si e para todos os trabalhadores. (MARX, 2004).

Se é por meio da alienação do trabalho que o trabalhador expressa sua subjetividade, sob um trabalho estruturalmente organizado para fins antagônicos ao dos trabalhadores, esta expressão da subjetividade acontece de forma invertida, avessa à subjetividade do trabalhador, numa autorrealização desrealizante, tendendo à deformação das capacidades humanas, em virtude da artificialidade da necessidade e das respostas

institucionais imposta aos trabalhadores pela estrutura das políticas sociais no marco do capital.

A assistente social faz parte do mais baixo escalão da burocracia estatal dos executores de políticas sociais (ou setores que as executa em nome do Estado) e é demandada pelo capital para desempenhar funções coesivas em torno do projeto burguês, medida alternativa e complementar ao uso da força, fruto da alta complexificação das relações sociais da ordem burguesa madura. Atua nas políticas sociais que funcionam, por intermédio do seu trabalho, num ponto de conexão entre econômico e ideológico, material e espiritual: sua atuação serve ao convencimento da venda voluntária da sua força de trabalho que tem a finalidade econômica de produção de mais-valia para ampliação do capital.

Conforme o capitalismo (em crise estrutural) agudiza suas contradições, radicaliza as necessidades sociais, mais se torna necessário deformar os sentidos humanos pelo sentido do ter e pela reificação das relações humanas.

A complexificação da base econômica e das formas de reprodução social sociedade dos monopólios cria a necessidade de formar profissionais com habilidades para lidar com as refrações da “questão social”; entretanto, as coloca na “gaiola de ferro” do aparato burocrático burguês, cuja natureza aprisiona tais habilidades nos limites da gestão da barbárie social, sob a reificação do ter, sob a moral mercantil de que tudo deve ser venal, inclusive os direitos sociais (mata-se a fome do corpo com cartão do bolsa família, por exemplo) .

Esta forma de vivenciar os direitos em tempos de hegemonia do capital financeiro leva o trabalhador a acreditar que expressa sua genuína personalidade produzindo e comprando mercadorias, sendo que as coisas que ganham o poder de expressar a vida. É pelo ter que somos valorados na sociedade mercantil (Lukács, 2013). Aqui a questão não é só a exaltação da mercadoria, mas o prestígio pessoal que será proporcionado ao comprador e a confusão deste prestígio com satisfação humana. Destarte, aburguesaram-se nossas mentes, fizeram-nos amar o mercado e todo seu conjunto de mercadorias cooptando mentes e corações, inclusive de lideranças políticas e boa parte da burocracia sindical e estatal (LUKÁCS, 2013)

Por este fetiche do capital, a luta dos trabalhadores em geral é muito facilmente arrefecida e cooptada pela oferta de migalhas que oportunizem maior possibilidade de ter. No setor público, onde as migalhas não saem do bolso privado do patrão, tais ofertas são ainda mais recorrentes por meio das quais se substitui a luta coletiva por direitos, por relações autoritárias de paternalismo, coronelismo, etc; tanto na relação dos trabalhadores executores com seus empregadores, quanto dos usuários com o Estado.

O fetiche do capital, assim, amesquinha a consciência dos trabalhadores e a centram no plano individual da vida do consumo mercantil, diferentemente do que Hegel pensava. Este afirmava que o Estado abriria a passagem do reino da necessidade ao da liberdade por racionalizar os conflitos sociais mediante uma burocracia estatal que se constituiria enquanto classe universal, justamente por incorporar um suposto sentido universalizante estando alheias aos interesses particulares (SOUZA, 2010).

A diferenciação das condições objetivas faz com que, em geral, trabalhadores dos serviços sociais, a população usuária e os que têm poder de mando no bojo das políticas sociais não se identifiquem humanamente, nem enquanto classe social.

Hegemonicamente, os usuários veem na burocracia estatal que os atende o braço coercitivo do Estado que lhes impõe serviços e benefícios para a satisfação de suas necessidades de forma alheia e hostil à sua vontade. No senso comum dos profissionais, por sua vez, o usuário é o incapaz de sanar suas necessidades via mercado é um ser fracassado. Já para as personificações do capital, tanto as assistentes sociais quanto quem elas atendem são meros meios para fins particulares.

Diante das adversidades da execução de políticas sociais precárias e alheias ao controle dos trabalhadores, a tendência é que a cada intervenção não exitosa o profissional se endureça para sobreviver psiquicamente, tendendo à indiferença que expressa sua desesperança.

Não se deixar embrutecer requer um constante processo de luta contra o estranhamento, de sofrimento para o profissional envolvido – primeiro porque ele não é indiferente às desumanidades que acompanha; depois porque sua postura tende a ser contra-hegemônica e conflitante com a equipe que tende a

atuar pautada no senso comum burguês, bem como conflitante com a instituição que prima pelos interesses do capital.

O estranhamento humano, portanto, não se refere à brutalização das subjetividades, como algo meramente subjetivo. Ele é, antes, expressão da contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e das capacidades humanas e é resultado da exteriorização da subjetividade humana numa atividade estranhada.

A contradição dialética entre desenvolvimento da capacidade e desenvolvimento da personalidade, ou seja, o estranhamento, jamais abrange inteiramente a totalidade do ser social do homem, não sendo generalizável nem sequer a toda burocracia estatal. Caso os estranhamentos fossem absolutos na relação assalariada, não seria possível fazer a defesa do exercício profissional vinculado ao projeto ético-político emancipatório. Buscamos assinalar que a relação venal do mercado substitui as necessidades humanas genuínas pelas artificialidades do mercado e que isto rebaixa os sentidos humanos, mas não é um processo absoluto.

I.2. Relação dialética entre teleologia e causalidade no trabalho da assistente social

Enfrentar os estranhamentos requer um movimento consciente (intelectual e prático que parte de cada indivíduo, mas ganha forças na esfera coletiva) de apreendê-lo criticamente para atuar de forma a enfrenta-los. Assim, a atuação cotidiana das assistentes sociais que enfrente os estranhamentos humanos requer que na esfera técnico-interventiva se materialize ações que desnaturalizem e enfrentem as relações de exploração e de opressões; o que só pode se dar subsidiadas por arsenal teórico-metodológico capaz de reconhecer as causalidades que permeiam o cotidiano da assistente social: a dinâmica da exploração econômica do capital e as relações de opressão de raça e sexo.

Assim, conhecer as causalidades (que são a objetividade) coerentemente captada pela subjetividade é fundamental para que se possa conduzir o trabalho ao objetivo que se queira alcançar. Conforme Lukács (2013), todo trabalho humano contém em si uma pré-idealização (um telos) direcionada à

satisfação de uma necessidade, feita a partir do conhecimento das condições objetivas (as causalidades) que funcionam de forma independente da vontade humana.

Segundo o autor, existem dois tipos de pores teleológicos: os que recaem sobre causalidades naturais, constituindo-se pores teleológicos de primeira ordem; e pores teleológicos mais complexos, que recaem sobre o telos de outros indivíduos, sendo pores teleológicos de segunda ordem. Neste situamos o trabalho da assistente social.

Se no setor industrial o valor de uso concretizado é passível de padronização na produção pelo maquinário que transforma a natureza, gerando produtos que, quando consumidos, sanam necessidades humanas e realizam mais-valia; no trabalho da assistente social no bojo dos serviços sociais, o valor de uso das profissionais se materializa na própria intervenção da profissional junto ao usuário: o benefício viabilizado, a orientação social, etc.

Assim, viabilizamos um trabalho complexo de atuar em fenômenos sociais que expressam as refrações da “questão social”, atuando sobre necessidades humanas de uma dada classe social formada pelos grupos subalternos, pauperizados ou excluídos dos bens, serviços e riquezas da sociedade (CARVALHO, 2011). Seu trabalho incide em complexas relações sociais de exploração e opressão que tendem a ser naturalizadas pelo senso comum da sociabilidade capitalista.

Perceber a fome e acionar um benefício, identificar violência e acionar providências jurídicas etc., são apreensões e manipulação dos acontecimentos que podem se dar exclusivamente a partir de sua forma fenomênica, ignorando totalmente a processualidade histórica que o engendrou, naturalizando as relações da sociabilidade capitalista, conforme requer o capital. Basta a assistente social manipular as variáveis mais superficiais das sequelas da “questão social” sem romper com a análise imediata. Enquanto à classe trabalhadora sedenta de emancipação, a análise crítica radical é imperiosa, posto que se passa a perceber nexos históricos invisíveis na superficialidade dos fenômenos sociais.

Explica Lukács (2013) que o mundo fenomênico é a realidade no seu ser-propriadamente-assim, é o fundamento imediatamente real dos pores teleológicos sem que estes – em consequência de um embasamento numa aparência que

não corresponde à realidade – tivessem de suprimir a si mesmos por estarem pondo algo irreal. Pelo contrário,

[...] a constituição desse mundo fenomênico é o fundamento imediatamente real de todos aqueles pores, nos quais a reprodução de todo sistema econômico é capaz de se conservar e continuar crescendo. Também nesse caso, só a investigação ontológico-genética da essência pode trazer à tona, como já pudemos observar na análise do trabalho, constituir um fundamento sólido para os pores teleológicos da práxis capitalista cotidiana (LUKÁCS, 2013, p. 380).

Assim, um profissional capaz de se posicionar sem naturalizar a exploração econômica do capital e as opressões precisa contar com arsenal teórico-metodológico que permita apreender a natureza da questão social para além da aparência.

Apenas compreendendo de que forma a propriedade privada cinde a humanidade em classes (possuídos e despossuídos), sexo (masculino e feminino) e raça (quanto mais branco, mais humano; quanto mais negro, menos humano) é possível compreender como se expressa a exploração e as opressões e isto não basta.

É imperioso compreender a forma particular como o capitalismo se constitui na América Latina submetida ao imperialismo para se compreender a exacerbação do autoritarismo do Estado, a agudização da exploração e das expressões do racismo e do patriarcado, entrecortados pelos quatro séculos de escravidão.

A partir da compreensão desta base concreta se torna possível a superação da psicologização da “questão social” para orientar a execução do trabalho às causalidades que dizem respeito à construção histórica da expressão da “questão social” que se quer incidir. O nexos fundamental da consecução do trabalho para perseguir o dever-ser estabelecido consiste a relação “se... então...” do trabalho na satisfação de necessidades (LUKÁCS, 2013), o que depende da forma como se apreende a conexão dos nexos causais. Quando se naturaliza a exploração sofrida pela classe trabalhadora, o problema passa a ser uma disfunção individual e a solução está em usar o aparato institucional para reeducá-lo e buscar a integração social numa sociedade vista alheia de suas contradições internas. Quando se percebe a condição do usuário e de sua família como frutos da dinâmica sócio-histórica

de exploração e opressão, torna-se possível usar o acionamento de políticas sociais enquanto medidas para desnaturalizá-las e enfrentá-las.

Em toda práxis existe, portanto, uma necessária conexão dialética entre teleologia, causalidade e necessidade. Apreender as refrações da “questão social” no bojo da historicidade permite ultrapassar sua psicologização e orientar as respostas profissionais no sentido da desnaturalização e enfrentamento da exploração e opressões, porém, não permite sua superação. Isto se deve à natureza que as políticas sociais assumem no bojo da sociabilidade capitalista.

Por isso, para além da compreensão da natureza da “questão social”, a assistente social precisa ter desenvolvido aparato teórico-metodológico que viabilize a compreensão das políticas sociais enquanto mediação de segunda ordem do capital² (MÉSZÁROS, 2009), conformadas ao capitalismo monopolista (NETTO, 2007).

Compreender a natureza das políticas sociais entrecortada pela luta de classe permite a assistente social entender o aparato institucional que tem à disposição para lidar com a “questão social”, podendo atuar de forma crítica em relação a este que está limitado ao capital (enquanto mediação de segunda ordem do capital) e em permanente disputa³ (até que a classe trabalhadora tome o Estado e imprima como hegemônico os seus interesses à sua dinâmica).

Por mais que sejam mediações do capital, as políticas sociais são os únicos mecanismos conquistados pela vitória parcial da luta dos trabalhadores no bojo do capitalismo como mecanismo de satisfação de suas necessidades por medidas socializantes da riqueza, ofertando acesso a valores de uso para além da aquisição pelo mercado. É o único meio de consumo para além da relação individual e mercantil, porque materializa um direito conquistado pela luta e viabilizado pelo fundo público.

² Tratamos das políticas sociais enquanto mediação de segunda ordem do capital, conforme Mézáros (2009; 2011), sustentando que ela media a reprodução do sóciometabolismo do capital em duas esferas: na econômica, viabilizando a autoexpansão do capital tanto funcionando como reprodutora da força de trabalho, como enquanto contra-tendência de queda da taxa de lucro do capital; media a reprodução do capital também na esfera político-ideológica, coesionando a dinâmica social entorno da sociabilidade burguesa por meio da viabilização do direito burguês que naturaliza a dinâmica do capital e a repõe..

³ Limites que devem ser contestado através de lutas coletivas por meio de sindicatos, partidos, coletivos e outros instrumentos de luta da classe trabalhadora.

Neste contexto, a política social é uma mediação em que a riqueza do fundo público se volta à satisfação de necessidades da classe trabalhadora e os efeitos práticos destes valores de uso têm impacto imediato bastante importante para a classe trabalhadora porque responde a necessidades latentes. Por isso, as políticas sociais não devem ser desprezadas por aqueles que anseiam por emancipação humana.

A assistente social ser força de trabalho apta a atender reconhecer e buscar por satisfazer as necessidades do usuário significa um ganho imediato muito importante ao trabalhador que pode e deve ser conduzido pelo profissional como forma de ganhos mediatos na construção de outra ordem societária.

II - DEFESA DA COMPETÊNCIA PROFISSIONAL SOB OS INTERESSES DA CLASSE TRABALHADORA

Ao se falar em competência técnica, tem-se a impressão de uma categoria universal, acima dos interesses de classe; quando, ao contrário, conforme argumenta Nosella (2005), a competência ou incompetência são qualificações atribuídas em uma visão de cultura historicamente determinada, permeada pela luta de classes e os interesses antagônicos. Por isso, para nós, a dimensão técnico-interventiva é a que mais se aproxima do concreto e, portanto, a síntese de múltiplas determinações e é perpassada pela luta de classe e os interesses antagônicos existentes na sociedade.

Não existe neutralidade nas ações profissionais da assistente social no bojo das políticas sociais, as quais são suscitadas pela luta da classe trabalhadora e viabilizadas pelo Estado burguês: ou se realiza valores positivos e emancipatórios, ou se materializa valores negativos e opressores. Estamos falando aqui das implicações ético-políticas do trabalho.

Lukács (2013) evidenciará que o trabalho, enquanto categoria fundante, funda a totalidade do ser social, incluindo a liberdade, portanto, a dimensão ética. Explica o autor que complexificação da sociabilidade humana, fruto do desenvolvimento produtivo pelo próprio trabalho, constrói meios sociais de sanar necessidades cada vez mais complexas. Este processo funda número

cada vez maior de alternativas para a satisfação de necessidades. Esta é a base concreta da liberdade.

A escolha entre alternativas denota que o desenvolvimento das forças produtivas foi criando múltiplas e complexas formas de sanar necessidades, ampliando as possibilidades concretas de escolha entre alternativas, fundando pelas mãos humanas a própria liberdade. Porém, não são escolhas plenamente livres, porque as alternativas são fruto das condições concretas e respeitam os limites e possibilidades históricas. A objetividade não pode ser descartada, mas aqui se trata de reconhecer que sempre existem alternativas e que a escolha por elas materializada pelo trabalho dá vida a valores que se desdobram e repercutem na construção de uma sociabilidade.

O que leva a profissional a escolher entre uma alternativa ou outra é o tipo de valor que a fundamenta e a ação inevitavelmente materializa concretamente os valores positivos ou negativos. Por mais que o contexto institucional molde as ações profissionais pela “gaiola de ferro” da institucionalidade (NETTO, 2007), a assistente social sempre possui um elemento de possibilidade – o conteúdo individual e social destas e as direções nas quais podem ser resolvidas as questões que estão presentes.

Na filosofia da práxis, portanto, os valores éticos não são entes abstratos. Lukács (1979) explica que faz parte de toda práxis a relação dialética entre teleologia e causalidade, na qual o trabalhador pode pré-idealizar um objetivo para seu trabalho no intuito de sanar necessidades. O valor objetivo se relaciona ao objetivo traçado e é determinado pela objetividade. Conforme Heller (2008), o valor é tudo aquilo que contribui para o enriquecimento dos componentes da essência humana; o desvalor, ao contrário, é aquilo que direta ou indiretamente rebaixe ou inverta o nível alcançado. Valor é, portanto, uma categoria ontológico-social, algo objetivo.

Ainda que todo valor e toda escolha tenha conteúdos importantes, não se pode considerar idênticas as várias decisões e alternativas. Uma ação profissional competente sob o ponto de vista da classe trabalhadora só pode ser aquela que materialize valores emancipatórios de justiça, igualdade, cidadania, respeito aos direitos humanos, etc., “uma escolha é tanto mais valiosa – em sua totalidade – quanto mais valores permite realizar e quanto mais intensa e rica é a relativa esfera de possibilidade.” (HELLER, 2008, p. 25).

Por isso, o exercício profissional competente sob o ponto de vista da classe trabalhadora é aquele vinculado à emancipação humana; que busca estabelecer as posturas profissionais que permita a vivência da maior gama de valores emancipatórios, da forma mais intensa, múltipla e rica possível.

Nosella (2005) compara o compromisso político à imagem do horizonte que, ao mesmo tempo, transcende e consubstancia de significação cada passo do caminhante. O compromisso político, para o autor, precede e acompanha a orientação concreta que subsidia toda técnica.

Reconhecemos que não lidamos com as causalidades mais relevantes que tornem possível a concretização plena da emancipação humana (o que depende de uma revolução social promovida pela classe trabalhadora). Porém, isso não significa que devemos abandonar nosso projeto profissional emancipatório, porque a não realização plena destes valores não implica que eles se tornem irrelevantes ou irrealizáveis parcialmente. Em verdade, não existe a realização (ou não realização) plena e absoluta dos valores. A realidade é bem mais complexa que este tipo de pensamento absoluto.

Perceber a contradição implica em reconhecer que lidamos com questões que, por mais que não sejam capazes de transformar a totalidade da vida dos usuários, não podemos dizer que são irrelevantes: dar parecer sobre guarda de filhos, internação psiquiátrica, colocação da criança em família substituta, etc. são algumas das demandas recorrentes à assistente social e possuem profundos impactos na vida individual dos sujeitos que atendemos.

Existe, portanto, uma esfera de autonomia profissional relativa a ser exercitada. Quando afirmamos isso, no entanto, não estamos dizendo que esta autonomia permita a assistente social que sozinha, no uso de técnicas milagrosas, possa resolver as sequelas da “questão social” que incidem no trabalhador que ela atende; tampouco estamos afirmando que basta o “empoderamento” individual da assistente social para que ela empreenda (sozinha) ações emancipatórias no bojo das políticas sociais. Esta é uma visão burguesa do conceito de autonomia que aparta o indivíduo de suas relações sociais, uma construção necessária ao capital no seu desenvolvimento histórico.

Segundo Mészáros (2016), Marx maduro analisa a relação entre o indivíduo e seu ambiente social. Ele conclui que o estranhamento só pode ser

transcendido quando os indivíduos se reproduzem como singulares, mas singulares sociais. Ser capaz de fazer algo por meio da autonomia implica “o outro”. Assim, falar em autonomia humanamente significativa não se difere de falar da reciprocidade social, na qual os indivíduos envolvidos uns com os outros mutuamente se adaptam às condições de intercâmbio dadas e, ao mesmo tempo, mantêm capacidade de tomar novas iniciativas.

Falamos aqui do exercício profissional conectado à emancipação humana, que precisa se contrapor de forma teórico-prática à exploração e às opressões do capital; falamos de posturas profissionais que busquem enfrentar os estranhamentos; falamos, portanto, da “autêntica objetivação” que se conecta às genuínas necessidades humanas.

Ou seja, uma subjetividade que busca realizar suas genuínas necessidades harmonizadas com a legítima necessidade da coletividade, o que pressupõe a superação do capital. Isso não significa, porém, que estamos fadados a uma subjetividade absolutamente estranhada que reproduza práticas da mesma estirpe.

A proposição segundo a qual um reflexo alienado/estranhado da autoalienação não é autoconsciência, mas autoconsciência alienada implica sua extrapolação: um reflexo verdadeiro da autoalienação, ainda que verdadeira, não é a autoconsciência emancipada, mas a verdadeira autoconsciência de um ser em estado de alienação/estranhamento – a negação da negação (MÉSZÁROS, 2016). Para a execução do exercício profissional dentro do projeto ético-político vigente no Serviço Social, este é o tipo de consciência que tem condições de viabilizá-lo.

A prática emancipatória expressa em suas escolhas, portanto, o compromisso ético-político com a classe trabalhadora, mas não basta apenas o compromisso subjetivo. Pautadas em Tonet (2005) afirmamos que a profissional precisa se apropriar do que há de mais avançado em termos de saber e técnica produzidos na área em que está atuando.

Cada área que a assistente social pode atuar (com adolescente infrator, ou pessoas com deficiência, idosos, população de rua) possui questões absolutamente específicas e a profissional precisa estar atualizada, sendo este o 10º princípio do código de ética da assistente social “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento

intelectual, na perspectiva da competência profissional;” (CFESS, 1993), uma tarefa de responsabilidade não exclusiva do profissional, mas também do contratante.

Primar pela qualidade e criticidade do trabalho não significa eliminar a esfera individual e subjetiva de seu para privilegiar os atendimentos coletivos. Não se trata de privilegiar grupos e trabalhos comunitários e eliminar os atendimentos individuais para que se garanta que o profissional está atuando de forma crítica, nem fundar outros instrumentais. A questão é qual compromisso ético-político e qual aparato teórico-metodológico é utilizado para balizar as escolhas e a construção das alternativas cotidianas. O tipo de instrumental dependerá o tipo de necessidade apresentada pelo usuário.

Há aspectos dos rebatimentos da refrações da “questão social” no cotidiano dos trabalhadores que lhes são íntimos e doloridos: são as negligências, os abusos, as opressões, etc., que até podem se tornar alvo de identificação e luta coletiva, mas que num momento inicial gera tamanha fragilização no sujeito, que primeiro ele precisa ser acolhido e escutado. A profissional crítica não se furtará de fazer esta escuta e não deixará de ser crítica por isso. Esta pode ser uma prática emancipatória, na medida em que, além de aliviar as dores subjetivas do usuário, conseguir conectar sua dor particular com a totalidade histórica, demonstrando que aquela situação e os afetos delas decorrentes não são oriundos de questões exclusivamente pertinentes a sua individualidade, mas aspectos da dinâmica macrossociais que fragmenta e hierarquiza seres humanos.

Para que a profissional tenha condições de empreender práticas emancipatórias é preciso, portanto, que ela apreenda a si e ao mundo sob o viés da luta de classe: que o mercado nos submete globalmente a exploração econômica e organiza as opressões e que este processo estrutura os fenômenos cotidianos a que somos chamadas a dar resposta.

Existem alguns espaços ocupacionais que demandarão dos profissionais mais que um cérebro bem treinado na articulação de categorias analíticas. As refrações da “questão social” se materializam tanto na dimensão da objetivação do trabalho – implicando em miséria, fome, adoecimento, etc. – quanto da alienação, que podem redundar em processos de estranhamentos tão profundos que comprometem o indivíduo de viver sua vida cotidiana.

Há serviços que lidam com necessidades prioritariamente oriundas da objetividade, como os CRAS que fazem gestão de benefícios sociais e serviços em territórios para enfrentar a miséria; há outros que atuam sobre necessidades que perpassam prioritariamente pela dimensão subjetiva, como os CAPS Ad que lidam com dependência química; os CAPS II que lidam com a loucura; os CREAS que lidam com as violências.

Nestes serviços, a subjetividade do profissional precisa estar a serviço da captura da subjetividade do outro. É por meio de seu próprio repertório de vivências que a profissional irá, mediado por saber científico, captar e interagir com a subjetividade do outro. Neste tipo de serviço, a profissional é paga para interagir com o usuário (em atendimentos individuais, familiares ou grupais), de modo a constituir vivências capazes de ressignificar dores, raivas, etc. sob viés da luta de classe.

A disputa da forma como gerir as refrações da “questão social”, em última instância disputa a forma como se concebe que precisa ser a gestão da vida coletiva. As genuínas causas do mal-estar civilizatório estão na dinâmica do capital. Para que os trabalhadores não conectem as mazelas de sua vida com a crise do capital, os aparatos ideológicos da burguesia criam cortinas de fumaça com factoides sensacionalistas, suscitando o moralismo e o conservadorismo, rebaixando os sentidos humanos na mesquinhez individualista do ter, odioso e irracional.

A única forma de conduzir o mal-estar à emancipação humana consiste em conseguir levar o debate à racionalidade e demonstrar aos trabalhadores a real conexão entre seus estranhamentos e a dinâmica do capital. Discutir a realidade social a partir do cotidiano dos serviços sociais e das necessidades concretas dos trabalhadores que deixam de ser supridas em nome dos interesses do capital é um caminho potencial.

Se os usuários e os profissionais dos serviços sociais não são capazes de construir a emancipação humana, tampouco a cena política esvaziada destes sujeitos será capaz de levar a transformações mais profundas. Este é o limitado, mas não irrelevante, espaço de autonomia profissional relativa da assistente social, o espaço em que sua habilidade profissional de identificar necessidades e acionar os mais coerentes aparatos institucionais pode trazer saltos qualitativos de atendimento.

Este caminho proposto é de extrema complexidade e potencialidade porque se refere a sair da esfera fragmentada das refrações da “questão social” para chegar a críticas totalizantes. Levar os trabalhadores imersos no cotidiano a críticas generalizantes é mais viável de demandas concretas e pontuais, conduzidas conscientemente a questões totalizantes. Ante a fragmentação que o Estado burguês promove na apreensão e lida com a “questão social”, é preciso fazer o movimento contrário de apreender os fatos em totalidade, bem como conhecer e articular a rede de serviços, reconhecendo a natureza de intervenção de cada um, as competências e responsabilidades.

Aí entra outro aspecto ressaltado por Tonet (2005): a observância da natureza da política na qual se atua. A natureza da necessidade atendida pelo serviço determina a natureza da resposta que é demandada do profissional. Toda prática da esfera técnico-interventiva reflete um compromisso ético-político e o arcabouço teórico-metodológico que a fundamenta; tem como desdobramento a materialização de valores e a transmissão de formas de responder aos conflitos sociais (dimensão pedagógica).

A natureza da necessidade determina também o tipo de intervenção, fazendo com que alguma das dimensões preponderem sobre outras. Os CRAS que tratam da gestão da rede socioassistencial do território demandarão práticas em que prepondera a dimensão política e administrativa, mas não deixa de ser calçada num aparato teórico-metodológico, que interfere numa dada cultura; de lidar com subjetividades e afetos; já nos CAPS, existe a dimensão administrativa e política, mas prepondera a dimensão afetiva e subjetiva (que só pode ser lidada alterando a objetividade). Não há como nenhuma prática se furtar de qualquer dimensão, já que ela é a totalidade de complexos; mas em virtude da natureza fragmentada do atendimento das políticas sociais, existe a preponderância de algumas dimensões em relação a outras. A profissional crítica é aquela que consegue estruturar sua intervenção refletindo criticamente sobre todas as dimensões, as preponderantes de forma mais imediatas, as menos preponderantes de forma mediata, como meio de ampliar a abrangência e profundidade da intervenção.

Assim, a consciência histórica da assistente social enquanto trabalhadora no bojo da luta de classes do capitalismo dependente latino-americano é

pressuposto para que se possa, no cotidiano, conduzir as respostas profissionais de modo a desnaturalizar a dinâmica exploratória e opressora do capital, viabilizando a construção de respostas profissionais críticas e criativas, que parte da opção individual da profissional por atender aos compromissos ético-políticos fundados pela profissão, ampliando estes compromissos em lutas coletivas que passam pelos instrumentos de luta da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho trouxe reflexão, a partir de categorias analíticas marxistas, sobre a natureza do trabalho da assistente social no bojo da execução terminal de políticas sociais, buscando delinear como compreendemos o princípio de competência profissional vinculada aos interesses da classe trabalhadora.

Reconhecemos a importância de arsenal teórico-metodológico que permita à profissional apreender os fenômenos que constituem o cotidiano de seu trabalho na historicidade, único meio de dar vida ao compromisso ético-político emancipatório nas respostas cotidianas construídas a partir de aparato técnico-interventivo.

Sem o reconhecimento da dinâmica exploratória e opressora do capitalismo, o exercício profissional tende à perspectiva policiaisca da psicologização da “questão social”. Apenas a apreensão crítica destes processos torna possível enfrentar de forma teórico-prática a exploração, as opressões e os estranhamentos. Apenas este enfrentamento teórico-prático viabiliza a consecução de valores positivos no cotidiano do exercício profissional da assistente social. Por isso, a competência profissional que defendemos é aquela em que se realiza o encontro do sujeito com sua personalidade histórico-coletiva

REFERÊNCIAS

CARVALHO, M.C.B.; PAULO NETTO, J. **Cotidiano: Conhecimento e Crítica**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. 439

_____. **Para uma ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Prolegômenos Para Uma Ontologia do Ser Social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J.P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2004.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Livro 1, v. 2.

MÉZSÁROS, I. **Estrutura Social e Formas de Consciência**. São Paulo, Boitempo. 2009.

_____. **Para Além do Capital: por uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo. 2011.

NOSELLA, Paolo. Compromisso Político como Horizonte da Competência Técnica. **Educ. Soc.**, v. 26, n.90, p. 223-238, 2005.

PAULO NETTO, J. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2007.